

Por **Manuel dos Santos***

Dever cumprido

Como é do conhecimento geral foram proclamados os resultados finais das eleições para os Órgãos da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas, tendo sido eleita a lista A, e consagrado, enquanto primeiro bastonário da nossa Instituição, António Domingues de Azevedo. Os resultados finais apurados são inequívocos: a lista vencedora atingiu 75,7 por cento de todos os votos válidos (15 376) e 78,2 por cento dos votos que identificaram uma escolha concreta (14 888).

No entanto, mais importante do que este expressivo resultado é o testemunho ímpar e a prova de confiança que os membros da OTOC deram à linha política seguida pelos Órgãos cessantes e pelo seu presidente.

A partir de agora, o caminho está definitivamente traçado até Dezembro de 2013 e, por isso, temos a esperança de que os profissionais (todos os profissionais) se dediquem exclusivamente ao reforço da Instituição, à credibilização da sua actividade e à construção de bases autênticas de unidade entre todos os membros.

É deste comportamento que precisa a jovem Ordem e é isto que nos solicita a sociedade envolvente com a qual interagimos de forma cada vez mais dinâmica e frutuosa.

No início do processo eleitoral tive oportunidade de prometer a todos os potenciais eleitores que as eleições para a Ordem seriam livres, justas e transparentes.

Pude fazê-lo, não apenas porque conheço as componentes de uma verdadeira cidadania que tem orientado a minha vida, mas também porque sabia que esse era o desejo profundo de todos os que concorriam às eleições, independentemente da probabilidade de sucesso diferente que tinham no momento da partida.

Dizer agora que as eleições foram livres, justas e

transparentes, como aliás foi reconhecido por todos os interlocutores, é uma evidência, mas é também justo lembrar que todas as eleições realizadas desde 1999, sob a minha coordenação, tiveram as mesmas características.

Nem podia ser, aliás, de outro modo, tendo em conta a responsabilidade social e jurídica que tínhamos o dever de respeitar e honrar, que foi atribuída à Câmara por Lei da República e que se transferiu agora para a Ordem.

É, portanto, com a consciência do dever cumprido que encerro, desta forma, junto dos membros, a minha responsabilidade no processo de escolha dos novos dirigentes.

O sucesso alcançado só foi também possível porque, independentemente das minhas convicções profundas e prática coerente, contei com a preciosa ajuda de um conjunto de colaboradores verdadeiramente inexcedíveis no cumprimento das suas obrigações e na lealdade que sempre me manifestaram.

Como mágoa (pequena mágoa) resta-me, finalmente, a legítima ambição de poder mobilizar, no futuro, mais TOC para a participação nas eleições e consequente escolha dos dirigentes e das políticas mais ajustados aos interesses da Instituição. Reconheço, apesar de tudo, que a percentagem de participação nestas eleições ultrapassou a média da mobilização eleitoral em organismos de representação semelhante e, que este facto, revela a força crescente da Ordem.

Por isso, creio que no futuro a participação será cada vez maior, porque será possível consciencializar todos e cada um dos membros para a ideia de que ninguém deve deixar que sejam os outros a escolher por si.

*Presidente da Mesa da Assembleia Geral